



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo 11: Território, planejamento, desenvolvimento e conflito.

**Território Contestado: uma abordagem acerca dos  
desdobramentos da Guerra do contestado (1912-1916) e a luta  
da população cabocla por terra-território<sup>1</sup>**

Márcia Chmura<sup>2</sup>  
Diane Daniela Gemelli<sup>3</sup>

**Resumo.** Estes escritos foram construídos a partir do território Contestado, local em que ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916) onde a luta pela terra e o número de mortes de inocentes foram marcas do conflito. A priori, através destes escritos, objetivamos o entendimento do conceito de território, e em seguida passamos para uma compreensão do que foi a Guerra do Contestado e como a entrada de capital em terras contestadas anuncia uma falácia desenvolvimentista que afeta a população cabocla que possuía suas territorialidades naquele território. Para a construção deste artigo nos baseamos na revisão teórica com a utilização de autores como Tomporoski (2012), Haesbeart (2004) entre outros, que trazem abordagens sobre o conceito de território e sobre o território Contestado.

**Palavras-chave:** Território Contestado; Capitalismo; Propriedade privada.

**Abstract:** In short, these writings were built from the Contestado territory, where the Contestado war took place (1912-1916) where the struggle for land and the number of innocent deaths were marks of the conflict. A priori, through these writings, we aim to understand the concept of territory, and then we move on to an understanding of what the Contestado war was and how the entry of capital into contested lands announces a developmental fallacy that affects the caboclo population that had its territoriality in that territory. For the construction of these writings we used a theoretical review with the use of authors such as Tomporoski (2012), Haesbeart (2004) among others who in the same perspective bring approaches to the territory and the Contested territory.

**Keywords:** Contested Territory; Capitalism; Private propriety.

<sup>1</sup> Este texto resulta das reflexões realizadas no projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”, financiado pela Fundação Araucária por meio do Edital: CP 20/2018 PPP - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), Chamada Pública 20/2018, e firmado no Convênio 058/2020 - FA/Unespar

<sup>2</sup> Estudante no Curso de Geografia na UNESPAR – Campus de União da Vitória. E-mail: marciachmura@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Adjunta no Curso de Geografia na UNESPAR – Campus de União da Vitória. E-mail: daiagemelli@unespar.edu.br



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abarca a temática da Guerra do Contestado (1912-1916), conflito este que ocorreu entre as divisas do estado do Paraná e de Santa Catarina. Esta análise foi construída a partir do território Contestado, trazendo elementos provindos da expansão do capitalismo, os quais mudaram toda a configuração territorial.

De início, os escritos se voltam para o conceito de território, mostrando assim os significados que contribuem para que as terras contestadas sejam consideradas um território.

Posteriormente faremos uma análise da Guerra em si, os desdobramentos, e o que levou para a ocorrência da contenda, sendo a luta de caboclos e caboclas por terra-território uma marca significativa.

Finalizamos o presente estudo com considerações acerca do sistema capitalista, principalmente no que se refere a propriedade privada da terra. Onde a Guerra do Contestado mostra claramente que a população cabocla foi tirada da sua terra de direito, bem como também privados do acesso a posse da terra. São temáticas para uma reflexão, que abrangem as lutas do povo simples por um pedaço de chão para poderem existir.

## 2. TERRITÓRIO CONTESTADO

A priori, objetivamos a explanação dos motivos que levam a considerar as terras contestadas como território. Temática esta, que usaremos para tecer os próximos parágrafos.

Ao abarcar a temática do território a estes escritos, pressupomos trazer a eloquência com que aconteceu o conflito Guerra do Contestado (1912-1916), sendo possível afirmar que fora uma luta por terra-território, quando caboclos e caboclas resistindo aos interesses do capital lutaram por sua dignidade, pelo seu pedaço de chão e por suas vidas.

Para Sato e Gracindo (2019) a Guerra ocorreu devido a fatores como: a disputa pela posse das terras; luta contra o capital; competitividade em explorar a área; a questão limítrofe entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, e o movimento messiânico o qual



servia-lhes de base para os enfrentamentos da luta. Tudo isso resultou na morte de muitos caboclos e fez mudar toda a configuração daquele território.

Nessa perspectiva, as mudanças provocadas no território Contestado pelo avanço do modo de produção capitalista, se sustentam nos diferentes e contraditórios significados da terra, não tendo mais valor de uso, com caboclos trabalhando com a natureza respeitando os ciclos próprios, e sim a terra se torna a partir de então o valor de troca, onde a propriedade privada favorecia aos interesses capitalistas.

É condizente falar em território Contestado devido ao significado e sentido do próprio conceito científico. Santos (2007) adverte que o território precisa ser entendido como território usado; um pedaço de chão que possui identidade. A identidade, sobretudo, diz respeito ao sentimento de pertencer. Ainda para Santos (200, p. 14) “O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Nessa perspectiva, se entende que o território Contestado era há muitos anos habitado por indígenas e caboclos que naquele pedaço de terra construíam suas territorialidades e seus modos de vida.

No Contestado, antes da ocorrência da guerra, o território fora habitado primeiramente por indígenas, sobretudo os povos Kaingang e Xocrén ou Xokleng. Vinhas de Queiroz (1966) relata que os Kaingang cultivam o milho e habitavam as áreas de campos abertos enquanto os Xokleng praticavam coleta e caça e a floresta das araucárias lhes servia de refúgio e abrigo (CHMURA; GEMELLI, 2020, p. 224).

No entanto, pode-se afirmar que o território já era habitado:

O território Contestado no período anterior à guerra era em grande parte habitado por colonos, caboclos, sertanejos e camponeses que precisavam do apossamento da terra para compor suas vidas, de acordo com Tomporoski (2012), ou melhor, suas territorialidades (TOMPOROSKI, 2012 *apud* CHMURA; GEMELLI, 2020, p. 226).

Em continuidade, Gemelli e Chmura (2021) fazem considerações acerca do território que como visto já era habitado, e sendo habitado existia, conseqüentemente, o modo de vida próprio do povo que o habitava.

As territorialidades e, portanto, o território se explica por aquilo que contém, ou seja, por um conjunto de relações marcadas pelo valor de uso ou pelo valor de troca, por processos de apropriação ou de dominação, pela condição de existência social ou como recurso para a acumulação de capital (GEMELLI; CHMURA, 2021 p. 305).

Perante o exposto, o território Contestado possuía relações de uso e de apropriação, ante ao fato de que a população cabocla se estabeleceu naquelas terras na condição de posseiros e posseiras.



À época da deflagração da guerra, o Contestado era caracterizado pela existência da população cabocla, homens e mulheres que viviam do trabalho nos ervais, no roçado de milho e em combinação com aquilo que a Floresta de Araucárias proporcionava. População que vê seu modo de vida ser desagregado com a chegada do capital imperialista, expresso na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande pela *Brazil Railway Company* e pelas ações da empresa subsidiária, *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que receberá a concessão para exploração das terras (sobretudo a madeira) marginais aos trilhos da ferrovia que eram ocupadas por caboclos e caboclas que não detinham o título de propriedade das terras (GEMELLI, 2017 p. 79).

Para Machado (2017), a população da região do contestado lutou pela vida, por sua terra; sendo que a terra e seu território são sinônimos de vida, representando, sobretudo, o ser caboclo.

Terra e território são sinônimos de vida para as populações que possuem formas próprias de organização, com uma conjuntura de saberes passados de geração a geração e, portanto, não é diferente com o povo caboclo. A forma com que trabalhavam em seus pequenos pedaços de terra com cuidado e apreço para com a natureza, sendo estas, marcas significativas de um mundo onde favoreciam a troca, não o dinheiro; a existência social plena e não o lucro.

Observando o cenário supracitado, Haesbaert (2007) salienta que todo território é funcional e simbólico. Território funcional diz respeito aos recursos naturais que a cada modelo de sociedade tem diferentes importâncias; e território simbólico se refere aos significados. Com efeito, analisando o modo de vida da população cabocla, entende-se que suas vivências em comunidade e as relações estabelecidas com a natureza estavam pautadas em significados próprios, como por exemplo o cuidado, respeitando os ciclos próprios da natureza para se manter equilibrada.

No território Contestado o modo de vida da população cabocla possuía peculiaridades, as quais, Tomporoski (2012) coloca que dependiam do apossamento da terra onde construía uma casa e nos fundos uma pequena roça que servia de alimento, além disso também as árvores frutíferas e o pinhão que nos meses de inverno era uma fonte de alimento dessa população e também dos animais. Também criavam animais, galinhas e porcos. Mais precisamente nos meses de junho se organizavam para a extração de erva mate. Sendo que tudo o que sobrava da roça e a erva mate era levado até as bodegas para serem trocados por sal, querosene, entre outros produtos.

Perante o exposto, pode-se afirmar que a população cabocla não era uma população isolada, pois a partir do momento em que trocavam os bens extraídos da natureza para serem trocados no comércio por produtos que eram de difícil acesso ou que não conseguiam produzir, mantinham relações sociais e econômicas com outros sujeitos sociais e com a dinâmica do território.



Outro ponto que nos remete aos significados territoriais que a população cabocla construiu é o trabalho, permeado por relações de confiança e ajuda mútua perante aos seus vizinhos. Assim, assevera Tomporoski (2012), que para a população pobre do planalto o que consistia era o trabalho coletivo, a solidariedade entre os habitantes, fazendo uma aproximação entre os integrantes do bairro.

A população cabocla, vivendo em território Contestado construiu suas vidas, suas identidades. A vida era difícil, como nos remetem os escritos de vários autores, como Tomporoski (2012), e, mesmo assim, esse povo conseguia reproduzir a existência social com o pouco que possuíam. O fato de existir estava relacionado com a natureza, pois a partir dela conseguiam trabalho e produziam alimentos.

Gemelli e Chmura (2021) discorrem que tanto a territorialidade quanto o território podem ser entendidos como aquilo que contém, por um conjunto de relações de valor de uso ou valor de troca, por apropriação e/ou dominação, pela existência social ou como recurso para a acumulação de capital.

A partir de elementos como saberes, identidades, significados, culturas, e modos de vida, mediados por distintas relações de poder é que fazem com que o território exista enquanto tal, fazendo valer toda uma alegação de conceito e de sentido.

### **3. GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916) UMA ANÁLISE SOBRE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA**

O território Contestado, distante dos centros urbanos se fazia em uma vivência peculiar, onde a população cabocla como todos os povos tradicionais possuía suas particularidades diante do território onde viviam, trabalhavam e se mantinham, conservando saberes.

Porém, o governo objetivou uma interligação entre o sudeste e o sul do Brasil, e para isso buscou adquirir mão de obra para a construção de uma ferrovia, a qual traria muitas insatisfações para a população cabocla.

Por conseguinte, para a construção da ferrovia, surgem as empresas estrangeiras que almejavam a entrada em terras brasileiras como forma de lucratividade e expansão de seus negócios o que não só aconteceu; como também o sistema capitalista se expande em terras contestadas pelos trilhos do trem.

O surgimento da Southern Brazil Lumber and Colonization Company está conectado ao processo de construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para a consecução desse propósito, o governo brasileiro estabeleceu



contrato com a Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que cortou o planalto contestado, tendo como pontos de partida e de chegada as cidades de Sorocaba, em São Paulo, e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, respectivamente. A construção dessa linha férrea, que atravessou extensas regiões, afetou a vida das populações, aumentando o valor econômico das terras, agravando problemas sociais e influenciando diretamente na deflagração do movimento sertanejo do contestado (TOMPOROSKI, 2012, p. 76).

A partir do momento em que a ferrovia entra em território que pertencia aos caboclos, toda uma lógica de pertencimento, de organização social, econômica e cultural é destuída pela racionalidade capitalista que se sustenta na propriedade privada.

Ao abacar a temática desse domínio individual da terra, na visão de Marés (2003), o capitalismo transformou a terra em propriedade privada, e conseqüentemente assim desenvolveu o capitalismo, ou seja, a propriedade privada sustenta o capitalismo e vice-versa.

Gemelli e Chmura (2021) mencionam que as territorialidades da população cabocla dependiam da floresta em pé e de tudo o que ela podia fornecer; o que por sua vez se contradiz com as territorialidades capitalistas que buscam a exploração da madeira e tem a propriedade da terra como aparato de crescimento e lucro.

A guerra foi um conflito por terra-território, que de um lado privava a população cabocla ao direito à terra como posseiros; e também os tirava o acesso à terra na condição de propriedade, os deixando sem espaço, sem chão para existir.

Por conseguinte, Percival Farquhar dono da empresa estrangeira, recebe através do serviço de construção da ferrovia, 15 km de terras em cada lado da linha férrea; o que ocasionou problemáticas para a população cabocla, pois a expansão capitalista era inconciliável com o modo de vida próprio deles e ainda pode-se perceber que o território em que habitavam foi dado à empresa estrangeira parecendo estar inabitado, ou seja pareciam não existir perante ao Estado.

O contrato para construção da ferrovia estabeleceu em seus dispositivos que a empresa responsável pela obra – a Brazil Railway Company – teria direito a explorar as terras adjacentes à linha tronco, em uma extensão de até quinze quilômetros para cada lado do leito da linha férrea. Em 1910, foi concluída a construção do trecho que rasgava o território catarinense, num total de trezentos e oitenta quilômetros, entre as cidades de União da Vitória, no Paraná e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Sete anos mais tarde, o ramal que ligava União da Vitória e a cidade portuária de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foi concluído e colocado em funcionamento. A conclusão deste ramal permitiu o rápido escoamento da produção de madeira e erva mate do planalto contestado (TOMPOROSKI, 2012, p. 76).

Ainda nas colocações de Tomporoki (2012), a área recebida pela empresa estrangeira era tomada pela vegetação nativa, pinheiros araucária, imbuías, canelas e cedros. Para explorar a madeira serrada e posteriormente vender as terras aos europeus, é construída pela *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil Lumber and Colonization*



*Company*, mais conhecida como madeireira *Lumber*, em Três Barras e em Calmon no estado de Santa Catarina.

A *Lumber* que tinha interesses em explorar a área e a floresta que a cobria, não tardou em começar a derrubar a mata e expulsar os seus moradores, para isso contou com a ajuda do Estado e criou seu próprio mecanismo de ataque contratando homens de outras regiões do país para forçar a saída de quem resistisse. Esses sujeitos que ficaram conhecidos como “jagunços” é que teriam começado a “limpeza” da terra (MACHADO, 2017, p. 162).

Após a *Lumber* ter acesso às terras que ganhou por contruir a ferrovia, Percival logo pensou em explorar a área com extensos madeirais, e para isso era necessária a limpeza. O o povo caboclo, a partir disso, foi tratado como intruso, como um estorvo que precisava ser removido do território, eram poucos os que conseguiam saída. Valentini e Radin (2012) em seus apontamentos nos colocam que “[...] o controle sobre a terra estava no centro do conflito. A terra negada a uns estaria sendo comercializada aos estrangeiros. Limpar a área de pessoas indesejadas parecia estar no horizonte das autoridades”.

O povo caboclo apresentava uma forma objetiva, de negação a ordem vigente opressora. Faziam parte de uma forma de civilização, que lhes foi negada. O universo dos elementos concretos da sua existência na composição das suas territorialidades, foram marginalizadas e desapropriadas (SILVA; SOUZA, 2020, p. 77).

Uma terra de pertencimento de caboclos e caboclas, estava sendo servida aos estrangeiros aos interesses capitalistas. Sendo que, através da dinâmica do modo de produção capitalista se manifestam as desigualdades sociais, cujas ramificações são vistas na sociedade, tais como, a pobreza, fome, desemprego etc.

#### **4. CAPITAL E DESENVOLVIMENTO**

A propriedade privada da terra é uma das condições próprias do sistema capitalista, cujas consequências são a acumulação de terras visando a riqueza.

Na visão de Oliveira e Faria (2009) a propriedade privada da terra está relacionada ao desenvolvimento capitalista se fazendo desigual e contraditório, se fortalecendo em um caráter rentista. Tal condição de caráter rentista está ligada a apropriação da terra, onde em nosso país essa concentração de terras é sinônimo de riqueza.

Portanto, entende-se que a constituição da propriedade privada da terra, desde sua origem, revela o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este



desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peonagem e suas diferentes formas de “escravidão pela dívida” etc., todas, necessárias à sua lógica de desenvolvimento. Assim, esses processos contraditórios, produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando desta forma, processos e relações de interdependências entre estados, nações e, sobretudo, entre empresas de diferentes lugares dos países e do globo, pois, o capital se mundializou (OLIVEIRA; FARIA, 2009 s/p).

No entanto, ao passo que o capital se desenvolve, produz contradições, entre essas divergências está a desigualdade não abarcando a população como um todo, isto é, somente alguns tem direito a riqueza social produzida pelos trabalhadores. O cerne desta lógica reside na apropriação capitalista da terra, ou seja, “a propriedade privada capitalista é a sustentação do modo de produção capitalista. Antes a propriedade era do trabalhador, com a transformação em propriedade privada capitalista, o proprietário não trabalha, mas explora o trabalho do trabalhador (ANDRADE, 2018, p. 414).

Parece um círculo, algo rotativo onde uma coisa (capital) leva a outra (propriedade privada) e vice versa.

Desta forma, nota-se que os povos originários e camponeses que habitavam o oeste catarinense foram cruelmente expulsos de suas moradias com base em uma política desenvolvimentista que negava a sua existência e sua cultura para esvaziar a terra que havia se tornado mercadoria (ALMEIDA; ISAGUIRRE-TORRES, 2021, p. 296).

O desenvolvimento é um conceito que entra em enfoque dentro e no sistema capitalista, onde é entendido na ótica de Vieira e Santos (2012) como uma melhoria nas condições socioeconômicas dos indivíduos. O que de certo modo se entende como uma melhor vivência da população, um progresso nos setores como: educação, saúde entre outros, sendo que o desenvolvimento como ramificação do capitalismo traz como consequência a desigualdade.

Autores como Porto-Gonçalves (2012) e Gemelli (2018) ponderam que, sob a racionalidade do modo de produção capitalista, o desenvolvimento não cotempla a todos, e a solução ou possível concretização do desenvolvimento somente acontecerá se forem construídas técnicas e condições jurídicas para isso. Sendo assim, Gemelli (2018) considera o termo desenvolvimento uma materialização do espaço para servir apenas aos interesses de uns. Haja vista que a materialização do espaço diz respeito a efetivação de técnicas onde suas ações e estruturas fortalecem o capital.

Enfatizando, que o desenvolvimento ocorre somente para alguns e o colocando enquanto um preceito do modo de produção capitalista, a própria história nos mostra que o desenvolvimento gera pobreza, fome, concentração de renda, de terra, ampliação das desigualdades, destruição da natureza, exploração do trabalho etc. Estas mazelas do desenvolvimento representam o progresso visto de determinado prisma (GEMELLI, 2018, p. 154).





Nessa perspectiva, se compreende que o capitalismo favorece apenas um lado da população, os donos dos meios de produção, gerando desigualdades, produzindo diferenças em meio aos sujeitos sociais.

Porém, embora mais de um século tenha se passado desde o final do conflito, estudos da geografia demonstram que a guerra favoreceu a institucionalização da relação de poder capitalista que contrapõe o latifundiário rico ao posseiro pobre, resultando no prejuízo do desenvolvimento socioeconômico das pequenas cidades que se desenvolveram a partir do conflito, que hoje sofrem com elevados índices de pobreza, fome e desemprego (ALMEIDA, 2021, p. 46).

As problemáticas encontradas como a fome e a pobreza são ramificações próprias do sistema capitalista. Nesse sentido, é possível perceber um exemplo dos desdobramentos do capitalismo: o Brasil é um país rico em produção de alimentos, sendo que a quantidade produzida de feijão em 2020, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 3.035.290 toneladas, e a quantidade produzida de arroz foi de 11.091.011 toneladas, ainda assim existem inúmeras pessoas que passam fome, ou seja, a comida se tornou mercadoria e os que enfrentam a problemática da fome são os que não tem o dinheiro para adquirir o alimento.

A seguir, apresentamos uma tabela com informações sobre a incidência da pobreza, incidência da pobreza subjetiva e o índice de Gini no município de General Carneiro, comparado com os dados do Paraná.

O índice de incidência de pobreza, diz respeito a renda de determinada pessoa, em condição insuficiente para atender as necessidades básicas. Na tabela a seguir pode ser visto que o índice do município de General Carneiro está acima da média paranaense, chegando a 46,15%.

Já a pobreza subjetiva acontece quando o indivíduo entende que não possui o mínimo para atender as necessidades básicas de vida. Em síntese, no município de General Carneiro o indicador é de 28,46%, superior ao índice registrado no Paraná.

Para entendermos, é importante a colocação de que o índice de Gini é um instrumento que mede o grau de desigualdade, a priori a medição é entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior é o índice de desigualdade na distribuição de renda em determinado grupo de pessoas. Na tabela que segue General Carneiro é um tanto mais igualitário nas condições de distribuição de renda, em comparação com o estado; porém o valor 0,39 ainda é um desafio até que se tenha um valor mais aproximado de 0.

**Tabela 1** – Indicadores de pobreza e de desigualdade: comparativo entre General Carneiro e Paraná

Indicador	General Carneiro	Paraná
-----------	------------------	--------



Incidência da pobreza (%)	46,15	39,07
Incidência da pobreza subjetiva (%)	28,46	25,47
Índice de Gini	0,39	0,47

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (2000); Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF (2002/2003).  
Org.: Márcia Chmura, 2022.

Para pensar! O que levar de aprendizado destes indicadores? Por que existe tanta desigualdade? Por que existem tantas pessoas vivendo em condições de pobreza? Quem é/são o(s) culpado(s)? São questões como estas que nos fazem refletir que as desigualdades estão presentes em nosso meio, e muitas vezes passam despercebidas.

Em vista disso, pressupomos que a desigualdade social decorre da forma como os meios de produção são dominados pelo capital, caso da apropriação privada das terras, sendo esta uma das ramificações do capitalismo que afeta o povo simples, que luta por um pedaço de terra, muitas vezes perdendo a vida como foi o caso da Guerra do Contestado.

Para Almeida (2021) a Guerra do Contestado fora um movimento de resistência cabocla pois lutaram para continuar em suas terras de direito. Diante disso, a autora ainda adverte que essas terras na atualidade ou estão abandonadas pelo Estado, ou estão nas mãos dos latifundiários, contradizendo todo o significado de função social da terra.

Para um melhor entendimento, a função social da terra está relacionada ao bem estar de toda uma população, [...] “Em termos ideais, criaria um sistema de proteção abrangente, que garantisse a todos comida, saúde, educação e moradia” [...] (MARÉS, 2003, p. 86). Nessa perspectiva se nota que não foi/é o que aconteceu/acontece, pois o campo se modernizou, alcançando patamares elevados do uso de tecnologias, o que deixou o homem sem trabalho.

A relação sociedade e natureza potencializou crescimento, porém como nos afirma (MARÉS, 2003, p. 86) “A natureza foi submetida as necessidades humanas”.

Perante o exposto, a função social da terra, está constada em lei constitucional de 1988, em seu artigo 5º, que diz: “ É garantido o direito de propriedade [...] a propriedade atenderá a função social”.

Nesse sentido, existem 4 preceitos que em conjunto garantem o cumprimento da Função social da terra, para tanto, entende-se que a terra deve: I - Aproveitamento racional e adequado; II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Nas colocações de Gemelli (2016) o Contestado é tomado de complexidades e tem caráter geográfico, pois, ao passo em que se voltam os olhares para o passado se vê nesse conflito as ações do capital e seus desdobramentos.



Ainda na mesma perspectiva a autora aponta que:

Passado um século do término oficial da Guerra do Contestado, os mais de cinquenta municípios, que hoje compõe o que foi o palco da guerra e território disputado entre Paraná e Santa Catarina, pela Lumber e por caboclos, convivem, com o que em nossa leitura, é resultado do processo histórico de expansão do capital, que apresenta sua grandiosidade pela chegada dos trilhos do trem, mas, que ao longo desses cem anos, se sustentou no potencial mercadológico, destrutivo e excludente da madeira, primeiro, na madeira nativa e, sobretudo a partir da década de 1970, na monocultura de pinus (GEMELLI, 2016, s/p).

Diante disso, o território Contestado é marcado pela luta do povo simples por um pedaço de terra, tais lutas se concentram geralmente entre fazendeiros, donos de extensas áreas, e uma população que precisa de um pedaço de terra para lavrar e não lucrar!

Para Gemelli (2016) os modos de vida da população cabocla acabam se rompendo a partir do momento da chegada da ferrovia, e conseqüentemente da exploração dos extensos madeirais e assim se forma um outro modelo territorial, que com o passar dos anos a terra foi/é utilizada para o plantio do pinus, e não mais para produzir comida.

Na atualidade, se entende a dinâmica da monocultura do pinus como uma degradação de solo perdendo nutrientes deixando a terra improdutiva e fortalecendo apenas a lucratividade do dono da terra.

Para Tomporoski e Lima (2019) na atualidade o território Contestado continua pautado em um modelo extrativista causando problemáticas sociais, econômicas e ambientais. Dando prosseguimento, os autores ponderam que “a introdução do pinus favoreceu a continuidade do processo de extrativismo de produção e, além disso, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável da região do Contestado” (TOMPOROSKI; LIMA 2019, p. 69).

Na visão de Gemelli (2018) a natureza é destruída para dar lugar a um progresso que só favorece o lucro, sendo que a população cabocla precisou ser tirada daquele território, juntamente com seus modos de vida, seus saberes, e diante de tamanha barbárie a natureza foi destruída gerando a uniformidade existente hoje por meio das extensas plantações de pinus que se impõem territorialmente.

Por conseguinte, toda uma diversidade de saberes próprios da população cabocla tem sido menosprezada, invisibilizada.

Em nossos dias, o território Contestado, continua sendo contestado em vista das relações e dos processos que o constituem. Ao passo de que a implantação da monocultura nessas terras se concentra e cresce, a população simples nos arredores acaba sendo sufocada, pois o lucro, ao ser apropriado de forma privada, provoca, ao mesmo tempo, a riqueza de alguns e a pobreza de outros tantos.



Com o fim oficial da guerra em 1916, acaba um conflito armado; mas posteriormente e até em nossos dias se tem um conflito que no silêncio e na invisibilização do caboclo é vivenciado cotidianamente. Ou seja, o Contestado está presente na memória da população cabocla e nas lutas diárias, como nos fala Machado (2017):

Apesar de tudo que passaram, dos traumas e estigmas deixados pela guerra, os caboclos continuaram seguindo suas vidas, suas tradições e hoje se esforçam em um movimento de revalorização e preservação de sua história. Tantas foram às rupturas, mas as formas de resistências estão suprimindo lacunas deixadas pelo tempo e pelo descaso das autoridades, a união das comunidades locais em prol da manutenção dos sítios históricos é louvável e reforça ainda mais as suas identidades, suas origens caboclas. A manutenção das tradições, das festas, comidas, ritos e dos lugares sagrados os fortalece, e pode ser uma maneira de promover um desenvolvimento local, aumentando a renda dessas localidades e de suas famílias. A Guerra acabou, mas a luta continua! (MACHADO, 2017, p. 170-171).

Existem lacunas que se perpetuam, a memória do povo caboclo é repleta de histórias, uma memória que atravessa gerações e mesmo passados quase 110 anos do conflito é um território marcado pelo genocídio, por uma luta desigual por um pedaço de chão. Que se construam mais e mais resistências, que falem de caboclos e caboclas para as crianças, que conhecendo o Contestado ninguém se cale perante ao tema.

## 5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para não concluir, se pondera a necessidade de continuar o debate sobre o conceito de território, sendo além de uma categoria da geografia, se atribui significados de diferentes visões, pensamentos e contextos.

No que se refere ao Contestado, se compreende que o território é a categoria que melhor o representa pelas ramificações próprias, como é o caso do modo de vida da população cabocla que lá construirá suas vidas pautadas em saberes, e que a terra fazia parte da vida diária, era a referência de trabalho, alimentação, família, sociabilidade.

Em nossas análises se verifica que o território traz consigo o conflito, permeando as relações de poder, e sobretudo foi o que aconteceu em território Contestado, onde a luta cabocla por um pedaço de chão para existir foi a marca de um conflito que resultou na morte de muitas pessoas.

Em continuidade, através da construção da ferrovia para interligar o norte ao sul do Brasil, se tem a entrada do capital, mudando toda uma lógica de organização territorial que era pautada na ajuda mútua, com vínculos de solidariedade entre os habitantes e o cuidado com a natureza.



Perante o exposto, é imprescindível a colocação de que a lógica capitalista se contradizia aos costumes de vida da população cabocla, sendo que a contenda aconteceu devido a população cabocla ser tirada da sua terra de direito e, sobretudo, ao fato de não terem o acesso a propriedade privada, ramificação esta que se fortalece a medida em que o capital se expande, ou seja, a entrada de capital estrangeiro através dos trilhos do trem, estabelece a propriedade privada das terras, o que por sua vez traz como consequência o aprofundamento das desigualdade.

O Contestado é um território que abrigou um conflito agrário, pessoas simples do campo lutando por sua dignidade, por suas vidas. Nessa perspectiva, quando se leva em consideração o espaço-tempo, mesmo passados quase 110 anos da Guerra ainda vemos as muitas lutas diárias de homens e mulheres por um pedaço de chão, onde esse chão muitas vezes é coberto pela monocultura do pinus que favorece mais uma vez o capital.

Diante dessas análises, buscamos contribuir para a elaboração de debates precisos acerca do povo caboclo, como o povo que possui modo de vida, que traz saberes, que lutou em prol de uma vida digna, que deu seu próprio sangue por um pedaço de terra. Essas lutas continuam, a partir do momento em que se constroem as resistências para que o caboclo seja visto como homem/mulher de bem que lutou, e não esquecido invisibilizado.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriela Haswany de. **Contestado: territorialidade cabocla e desenvolvimento na perspectiva da justiça ambiental.** (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de graduação em Direito do Estado na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

ALMEIDA, Gabriela Haswany; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. Territorialidade cabocla e desenvolvimento a perspectiva da justiça socioambiental. In: **Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia 2.** Eduardo do Nascimento (org.) – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

CHMURA, Márcia; GEMELLI, Diane Daniela. “A formação territorial do Contestado: Os processos de expansão capitalista”. In. **Anais** do XIV Simpósio de Geografia. União da Vitória, Paraná: UNESPAR, 2020.



DE CALASANS MELO ANDRADE, D. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 18, n. 3, p. 408 - 419, 31 ago. 2018.

GEMELLI, Diane Daniela. “Expressões territoriais do monocultivo do pinus em Calmon/SC”. In. **Anais**. XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís/MA, 2016.

GEMELLI, Diane Daniela. O trabalho no Contestado: da racionalidade cabocla á lógica capitalista da Lumber. **Geographia Opportuno Tempore** Universidade Estadual de Londrina. EISSN: 2358-1972 Volume 3, Número 3, 2017.

GEMELLI, Diane Daniela. “**Onde planta o pinus não dá mais nada**”: degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GEMELLI, Diane Daniela; CHMURA, Márcia. Território e Tensões de Territorialidades: Um Debate Sobre o Processo de Formação Territorial do Contestado. In: **Rede Contestado de Educação, ciência e tecnologia 2** . Eduardo Nascimento (org.) Atena, 2021.

HAESBERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

MACHADO, Cristina Buratto Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós- guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia (Londrina)** v. 26. n. 1. p. 158 – 172, jan/jun, 2017.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; FARIA, Camila Salles de. O processo de contituição da propriedade privada da terra no Brasil. **Observatório Geografico América Latina**- 2009.

SANTOS, Milton. Território, territórios - Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. 2007.

SATO, Bruna Mieke; GRACINDO, Ana Paula. A história da guerra do contestado vivida e contada pelos caboclos. **Geographia Opportuno Tempore**. Universidade Estadual de Londrina, 2019.



SILVA, Eline Farias da; SOUZA, Daiane Cirilo de. Religiosidade popular, luta e resistencia: legado cultural que perdura há 100 anos. **Geographia Opportuno Tempore**. Universidade Estadual de Londrina, 2020.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: a influência da Lumber Company para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, 2012.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; LIMA, Bonifácio Cordeiro de. A região do contestado na contemporaneidade: perpetuação do domínio fundiário. In. **Anais I Congresso nacional do contestado – um olhar científico sobre a história de um povo**. 2019.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a expansão da colonização. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento economico regional-uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, 2012.